



OS DESAFIOS NO PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Adrian Andrade de Araújo¹
Dulcineide Guimarães da Mata²
Cecília Raquel Climério da Costa³
Lucas Basílio Ramos Gurjão⁴

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Cristina Miyuki Hashizume⁵

INTRODUÇÃO

A Psicologia Educacional está em um perene processo de transformações de acordo com o contexto histórico, social e político em que está inserida. Nesse processo, os modelos de prática psicológica também estão sendo reformulados, incluindo os modelos clínico, educacional e institucional (Negreiros *et. al*, 2020 *apud* Santos, Menezes, Borba Ramos & Costa, 2017). Por esse viés, a atuação do profissional de psicologia no ambiente educacional está sempre sujeita aos atravessamentos das mudanças sociais que atravessam o contexto do corpo docente, discente e demais funcionários das instituições.

Analisando o quadro histórico das políticas públicas de educação no Brasil a partir da década de 1980, percebe-se uma aproximação dos estudos acadêmicos da época com as questões de evasão escolar e desigualdade educacional regional no contexto de um país em processo de redemocratização. O combate ao analfabetismo para a melhoria da qualidade da educação pública nacional era o mote estruturante das ações governamentais nas instituições públicas de ensino. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 gerou debates sobre o tipo de educação desejada, os valores e os conteúdos a serem incluídos no espaço escolar. As mudanças na legislação visaram garantir educação de qualidade para todos, da primeira infância ao ensino médio. Porém, apesar dos avanços, ainda há uma lacuna entre as metas estabelecidas em lei e a realidade das escolas brasileiras (Souza, 2010).

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, adri.andrade146@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, dulcineidedamata@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ceciliaraqueclimerio1@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lucasbasilio.profissional@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Cristina Miyuki Hashizume, Departamento de Psicologia - UEPB, cristina.mhashizume@servidor.uepb.edu.br.

Para Matiskei (2004), refletir sobre políticas públicas de inclusão escolar implica planejar e executar iniciativas que ampliem as oportunidades de acesso e integração social para diversos grupos marginalizados. Essa marginalização pode decorrer de extrema pobreza, condições relacionadas à cor, raça, etnia, diferenças físicas ou cognitivas, vulnerabilidade por escolhas políticas, religiosas ou de orientação sexual, e várias outras circunstâncias. Em resumo, o espectro da exclusão social é vasto, refletindo a diversidade de mecanismos que historicamente impuseram padrões de normalidade à humanidade.

Esses padrões abrangem modelos estéticos, de inteligência, de linguagem e de condição econômica e cultural, aos quais somos compelidos a nos conformar, sob o risco de nos juntarmos às fileiras dos socialmente excluídos (Matiskei, 2004). Pensando além dos componentes interseccionais que abrangem o debate na educação pública atual, é necessário pensar estratégias de atuação interdisciplinares para avançar na progressão de um ambiente escolar de qualidade, onde haja espaço para pensamento crítico e pluralidade de ideias e pensamentos.

A educação é desafiadora para psicólogos em países em desenvolvimento devido à diferença fundamental em relação a países desenvolvidos. A aplicação indiscriminada de modelos e práticas de outras culturas pode ter graves consequências, destacando a necessidade de vigilância e criatividade para garantir o bem-estar dos envolvidos (Maluf & Cruces, 2008). O papel dos psicólogos escolares nesse contexto requer um compromisso com a luta por uma escola democrática e socialmente justa, um afastamento das visões adaptacionistas da psicologia e o desenvolvimento de uma prática psicológica que aborde as queixas escolares, considerando as políticas educacionais e seu impacto na vida escolar diária. O momento atual oferece a oportunidade de incluir discussões recentes em Psicologia Escolar no currículo e implementar ações que vão além das dimensões cognitiva, afetiva e social da educação. (Souza, 2010).

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os dados obtidos, bem como as necessidades e particularidades de uma escola da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande-PB. Ele foi conduzido como parte do Estágio Curricular I em Psicologia, atendendo às exigências do curso. Nesse sentido, o projeto procurou atender as demandas institucionais da escola, que eram diretamente atravessadas pelas demandas sociais do corpo estudantil, que necessitava da figura de um psicólogo educacional para a compreensão dos desafios dentro do ambiente daquela instituição.

METODOLOGIA

Partindo da Análise Institucional, a metodologia adotada para esse projeto em si, que originalmente é pautado nas discussões a respeito das especificidades institucionais que envolvem a tríade gestão-professores-alunos, fundamenta-se na construção de módulos de atividades para realizar a investigação e a intervenção na escola. Entretanto, partindo para a demanda da Psicologia Educacional, pode-se utilizar a Análise do Discurso para averiguar quais as principais queixas relatadas nos momentos de partilha na escuta psicológica com os alunos da instituição de ensino (Minayo, 2001).

A direção da escola e sua coordenação encaminhou para a equipe de estagiários alguns discentes que eram encaixados na categoria de “aluno-problema” sobre o olhar do corpo docente e gestão. Foi realizado uma escuta individual com cada um desses alunos, afim de identificar as demandas de cada um e instituir um escopo a ser considerado para o encaminhamento à Clínica-Escola da Universidade Estadual da Paraíba.

Nesse sentido, os registros no diário de campo também desempenharam um papel como ferramenta de intervenção, estimulando reflexões sobre a prática durante o estágio. Esses registros foram referenciados ao longo da elaboração do relatório final do estágio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência ética no estágio e o aprendizado adquirido ampliaram nossas perspectivas e enriqueceram nossa formação em Psicologia Educacional. Com esses momentos de vínculo com os alunos da instituição, pudemos observar demandas socioculturais, que invadem os rincões da sala de aula. A Psicologia Educacional enfrenta significativos desafios no contexto das políticas públicas. Um dos principais obstáculos é a escassez de recursos e investimentos adequados destinados à área da educação, o que impacta diretamente a implementação de práticas psicológicas eficazes. Além disso, a complexidade e diversidade dos sistemas educacionais exigem abordagens flexíveis e adaptáveis, o que por vezes esbarra em estruturas rígidas de políticas que dificultam a aplicação de intervenções personalizadas.

A violência, especialmente o *bullying*, é uma parte significativa da realidade nas escolas, refletindo relações agressivas entre membros da comunidade escolar. Os estudos brasileiros sobre violência escolar começaram nos anos 1980, inicialmente focando na violência contra o patrimônio escolar e evoluindo para abordar as relações interpessoais agressivas. O *bullying* é um fenômeno antigo reconhecido globalmente, sendo descrito como comportamento agressivo

repetido entre colegas, sem motivação clara, em que um grupo ou indivíduo mais forte vitimiza outro que não pode se defender, frequentemente direcionado a pessoas com características diferentes (Abramovay & Rua, 2003).

Após analisar o bullying, é crucial questionar suas causas de forma crítica, levando em conta os processos sociais que o perpetuam. Essa análise deve ser livre de modelos predefinidos, permitindo a compreensão do fenômeno como parte de padrões sociais mais amplos e não isolados. O bullying, especialmente quando consideramos fatores sociais, assemelha-se ao preconceito, indicando que é um fenômeno antigo na sociedade.

A necessidade de integrar conhecimentos interdisciplinares e promover uma comunicação eficaz entre os profissionais da saúde mental e educadores também se configura como um desafio relevante. Superar esses desafios requer um compromisso contínuo com a pesquisa, a colaboração entre os setores envolvidos e uma advocacia consistente para garantir que a psicologia educacional tenha o espaço e os recursos necessários para contribuir de forma eficaz para a melhoria do sistema educacional (Souza, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse tocante, o papel da contribuição da Psicologia Educacional está em explicar os significados e a importância das políticas públicas em educação e como os professores as interpretam e implementam. O desafio constante, nesse sentido, é integralizar o conhecimento produzido pela Educação Contemporânea e a Psicologia Educacional para melhorar a qualidade das escolas brasileiras.

O olhar interseccional na Psicologia Educacional é fundamental para entender e abordar a complexidade das experiências dos indivíduos no contexto educacional. A interseccionalidade reconhece que as identidades das pessoas são formadas por uma interconexão de diferentes aspectos, como gênero, raça, etnia, classe social, orientação sexual, habilidades, entre outros. Essas interseções criam experiências únicas de discriminação, desigualdade e privilégios.

É necessário analisar todos os atravessamentos que a Psicologia Educacional propõe na instituição, pois também promove a sensibilização e o combate às desigualdades sistêmicas. Ao considerar as interseções de opressões e discriminações, os profissionais podem trabalhar para criar ambientes educacionais mais justos, onde cada estudante se sinta representado, respeitado e apoiado em seu percurso educacional. Em suma, a abordagem interseccional na Psicologia Educacional é essencial para uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e transformadora.



Palavras-chave: Psicologia Educacional, Estágio Básico, Políticas Públicas, Intervenção escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, María Das Gracias. Violences in schools: concise version. UNESCO, 2003.

MALUF, M. R.; CRUCES, A. V. V. Psicologia educacional na contemporaneidade. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, V. 28, N. 1, P. 87-99, 2008.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, p. 185-202, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGREIROS, F.; BARROS, M. O.; CARVALHO, L. S. Psicologia escolar em políticas públicas no Piauí, Brasil: compreensão teórico-prática e modelos de atendimentos. **Integración Académica en Psicología**, V. 8, N. 22, P. 60-70, 2020.

SANTOS, D. C. O. DOS . et al.. Mapeamento de competências do psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 225–234, maio 2017.

SOUZA, M. P. R.; Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: Desafios contemporâneos. **Em aberto**, V. 23, N. 83, P. 129-149, 2010.